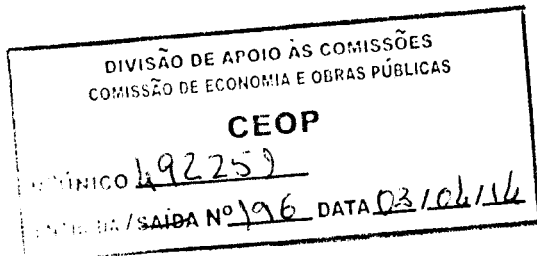




Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar



Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Economia e Obras Públicas

Deputado Pedro Pinto

Lisboa, 2 de abril de 2014

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Silva Monteiro, no âmbito da intenção de concessionar as empresas públicas de transporte

O setor dos transportes públicos em Portugal tem sido um dos mais atacados desde o início da crise financeira. Nos últimos três anos os transportes públicos urbanos sofreram aumentos médios de 25% e perderam mais de 100 milhões de passageiros.

Estes aumentos atingiram as tarifas de bordo, mas também, e sobretudo, os passes mensais, tanto no Porto como em Lisboa. Os idosos, os jovens e as famílias numerosas foram os mais afetados pela política de aumentos e pelo fim dos descontos.

Paralelamente procedeu-se a um progressivo processo de degradação da qualidade dos serviços oferecidos: redução de carreiras, redução de carruagens, aumento dos tempos de espera são realidades bem conhecidas dos utentes de transportes públicos nas principais cidades portuguesas.

Aumento dos preços e diminuição da oferta são dois vetores principais da estratégia de redução dos custos operacionais das empresas públicas de transportes, aos quais se junta um terceiro: a redução do número de trabalhadores e a compressão dos seus

direitos laborais. Só nos últimos 3 anos, a Metro do Porto, a Metropolitano de Lisboa, a STCP e a Carris perderam mais de 1000 trabalhadores.

A estratégia prosseguida, baseada nestes três vetores, teve duas consequências.

Em primeiro lugar a limitação do direito de mobilidade destas populações, traduzida na redução brutal do número de passageiros. No caso das quatro empresas acima mencionadas, são menos 117 milhões de passageiros, em apenas 3 anos.

Em segundo lugar, a melhoria dos resultados operacionais, necessária para tornar o setor dos transportes atrativo aos interesses privados. Desta forma, o governo transpõe para os trabalhadores e passageiros o peso do ajustamento necessário para garantir lucros aos privados.

Ao fazê-lo, a tutela ignora o verdadeiro problema das empresas de transporte: a sua dívida, que atinge já os 9000 milhões, e que não se deve aos problemas operacionais (falta de receitas, preços demasiado baixos ou excesso de trabalhadores). Os encargos financeiros representam 86,3% dos prejuízos das empresas públicas de transporte, e são o resultado de décadas de subfinanciamento público compensado por empréstimos bancários complementados por swaps especulativos. Até agora o governo não disse o que pretende fazer com esta dívida no processo de entrega das empresas a privados.

Após o processo de consulta pública, as notícias hoje divulgadas pela comunicação social apontam para uma definição do modelo de concessão a realizar durante o mês de abril. Segundo a informação avançada, o modelo escolhido de acordo com os interesses privados prevê que a dívida fique na esfera pública, assim como o risco da gestão dos transportes. Os novos operadores irão gerir a rede a troco de uma renda garantida pelo Estado. Isto depois de avultados investimentos públicos já efetuados nas frotas e equipamentos.

Os exemplos existentes da concessão de transportes em Portugal permitem-nos antever os erros associados a esta política: transportes mais caros para os passageiros, mais caros para o Estado. Acima de tudo, transportes geridos com vista ao lucro e não à garantia de um verdadeiro serviço público.

A importância desta matéria, assim como as indefinições ainda existentes relativamente ao modelo de concessão e reestruturação do setor dos transportes públicos urbanos,

exige um esclarecimento cabal por parte do Governo. Segundo as suas próprias informações, o processo arrancará ainda este mês, sem que a Assembleia da República conheça os seus detalhes.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Silva Monteiro.

A Deputada do Bloco de Esquerda,



Mariana Mortágua